

Prefeitura Municipal de Guarujá do Estado de São Paulo

GUARUJÁ-SP

Inspetor de Alunos

Edital 001/2018

JN129-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura Municipal de Guarujá do Estado de São Paulo

Cargo: Inspetor de Alunos

(Baseado no Edital 001/2018)

- Português
- Matemática
- Conhecimentos Específicos

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação

Elaine Cristina

Igor de Oliveira

Camila Lopes

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira

Capa

Joel Ferreira dos Santos

Editoração Eletrônica

Marlene Moreno

SUMÁRIO

Português

Interpretação de texto.....	71
Ortografia oficial,.....	75
pontuação,.....	14
divisão silábica,.....	79
acentuação.....	73
Gênero (masculino/feminino),.....	17
número (singular/plural),.....	17
grau dos substantivos e adjetivos,.....	17
concordância entre adjetivos e substantivos.....	55
Sinônimos e antônimos.....	07
Verbos (conjugação).....	17

Matemática

Conjunto dos números naturais, inteiros, racionais e reais: operação e problemas.....	01
Razão, proporção e números proporcionais.....	06
Regra de três simples.....	06
Porcentagem.....	06
Medidas de comprimento, superfície, volume e massa.....	27
Medida de tempo.....	27
Sistema monetário brasileiro (dinheiro).....	27

Conhecimentos Específicos

Deveres e obrigação do inspetor de alunos;.....	01
Disciplina e vigilância dos alunos;.....	01
Hierarquia na escola;.....	03
Controle e movimentação do aluno;.....	04
Orientação aos alunos quanto as normas da Escola;.....	04
Controle e movimento dos alunos nas imediações da Escola; Colaborar na instrução e divulgação de avisos;.....	05
Observar e orientar os setores , sobre o comportamento dos alunos; Apoio aos professores; Colaboração nas atividades extra - classe;.....	05
Primeiros socorros aos alunos;.....	06
Outras tarefas auxiliares;.....	19
Estatuto da Criança e do Adolescente;.....	19
Telefones de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.....	59

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Inspetor de Alunos

Deveres e obrigação do inspetor de alunos;	01
Disciplina e vigilância dos alunos;	01
Hierarquia na escola;	03
Controle e movimentação do aluno;	04
Orientação aos alunos quanto as normas da Escola;	04
Controle e movimento dos alunos nas imediações da Escola; Colaborar na instrução e divulgação de avisos;	05
Observar e orientar os setores , sobre o comportamento dos alunos; Apoio aos professores; Colaboração nas atividades extra - classe;	05
Primeiros socorros aos alunos;	06
Outras tarefas auxiliares;	19
Estatuto da Criança e do Adolescente;	19
Telefones de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.....	59

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Inspetor de Alunos

DEVERES E OBRIGAÇÃO DO INSPETOR DE ALUNOS;

O monitor - também chamado, em algumas instituições, de inspetor e bedel - é um dos profissionais mais atuantes na esfera educacional. Ele transita por toda a escola, em geral conhece os alunos pelo nome e é um dos primeiros a serem procurados quando há algum problema que precisa ser solucionado rapidamente. Contudo, ele nem sempre é valorizado como deveria. Infelizmente, muitos diretores entendem que quem atua nessa função deve apenas controlar os espaços coletivos para impedir a ocorrência de agressões, depredações e furtos, vigiar grupos de alunos, observar comportamentos suspeitos e até mesmo revistar armários e mochilas.

Esse tipo de controle, além de perigoso - pois os conflitos abafados por ações repressoras acabam se manifestando com mais violência -, contribui para reforçar a desconfiança entre a instituição e os estudantes. E uma relação fundada na insegurança fragiliza a construção de valores democráticos, que deveria ser um dos objetivos de todas as escolas. Como qualquer profissional do nosso meio, os monitores também são educadores e cabe à equipe gestora realizar ações formativas para que eles saibam como interagir com as crianças e os jovens nos diversos espaços (como o pátio, os corredores, as quadras, a cantina, o banheiro etc). Com uma boa formação, eles são capazes de trazer informações importantes sobre a convivência entre os alunos que poderão ser objeto de análise para que o orientador educacional, juntamente com o diretor e a equipe docente, planeje e execute intervenções. Algumas das atribuições dos monitores que favorecem a análise da convivência são:

- Acompanhar o processo de adaptação dos alunos novos na escola e dos que estão nas séries iniciais de um segmento, sobretudo no início das aulas.
- Analisar o grupo em diferentes contextos: como ele se organiza, os espaços que ocupa, as brincadeiras e os jogos que privilegia no dia a dia.
- Observar os valores que circulam longe do olhar dos professores.
- Investigar as relações de poder existentes entre os alunos, reconhecendo as lideranças e os que se submetem a elas.

Além de capacitá-los a examinar as relações interpessoais, é imprescindível que a formação contemple também o aprendizado sobre como agir em momentos de conflito. Os monitores contribuem para evitar brigas quando atuam com ética e promovem ações educacionais para ajudar as crianças a lidar com as divergências e os desentendimentos. Quanto mais os monitores souberem do projeto político-pedagógico da escola, mais eles se sentirão parceiros na Educação dos alunos e atuarão como tal.

Para tanto, devem ser convidados a participar das reuniões de planejamento e das decisões que envolvem toda a equipe. Ao mesmo tempo, os encontros deles com a equipe de direção podem entrar na rotina, pois assim se cria um canal de comunicação em que eles se sintam seguros para expor as dúvidas, explicitar as incertezas e discutir os acontecimentos. Escolas que optam por formar monitores capazes de favorecer a segurança dos alunos e atuar na prevenção e intervenção de situações delicadas estão no caminho certo para promover a melhoria das relações de convivência.

Fonte: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/523/o-papel-do-monitor-inspetor-ou-bedel-na-formacao-dos-alunos>

DISCIPLINA E VIGILÂNCIA DOS ALUNOS;

Nas pesquisas realizadas para o trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais sobre o papel da Sociologia nas Escolas Estaduais, um problema não delimitado anteriormente emergiu nos entremeios do contato com professores e alunos (não apenas de Sociologia) em reuniões periódicas realizadas nas escolas. Desde planejamento didático, financeiro, lazer e até apenas comunicados, a discussão disciplinar permeia os diálogos. Essa questão, de uma nitidez até certo ponto enfática, sobrepõe-se a todas as outras problemáticas no cotidiano escolar constituindo-se, num desafio e uma preocupação essencialmente explícita.

Todo conteúdo e prática exigidos por lei e conduzidos por parâmetros curriculares sobre o sentido e objetivo da educação acabam, em contextos específicos, adquirindo roupagens diferenciadas. Nas discussões sobre o universo escolar em sua totalidade a fala predominante não se baseava no processo educacional em si - ações pedagógicas, melhorias nos programas, materiais didáticos, projetos educativos, etc - mas sim, na questão disciplinar.

Para uma reflexão teórica sobre a disciplina, uma das várias questões que permeiam o cotidiano escolar, e entendê-la como um conjunto de relações pertencentes às esferas sociais, a análise de Michel Foucault presente, fundamentalmente, em **"Vigiar e punir"** constitui-se na principal referência deste trabalho.

A disciplina torna-se o grande alvo a ser alcançado e a responsável em manter o nível de aprendizado em um patamar aceitável. Segundo essa perspectiva, é através da disciplina dos alunos e dos professores que o sistema educativo se engrena. Manter o professor em um regime disciplinar como de operários fabris, produzindo em todo tempo designado e, impondo ao aluno seu poder como forma de utilizar o tempo como máximo de proveito, torna-se o objetivo almejado.

A relação hierárquica no ambiente escolar revela como a disciplina dociliza os corpos e os coage numa constante utilização.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Inspetor de Alunos

A escola configura-se como um ambiente parecido com uma prisão em sua disposição física, seus mecanismos de disciplinarização, sua organização hierárquica, sua vigilância constante. Essa analogia refere-se ao sistema penitenciário no contexto apresentado por Foucault, em que as prisões disciplinares tinham por objetivo a readaptação e integração de “corpos dóceis” à sociedade.

Compreender o porquê da ênfase das escolas com a questão disciplinar e entender como as mesmas exercem esse poder é o escopo desse trabalho. Recorrendo conceitos de poder, disciplina, vigilância e, seus desdobramentos essa análise se assenta, fundamentalmente, numa abordagem foucaultiana. É através dessa análise que as relações de poder contidas no universo escolar adquirem uma visibilidade concreta e sistemática. É uma questão importante em sua teoria entender essas relações não somente como algo negativo, mas também produtivo.

Característica da sociedade contemporânea, a disciplina percorre instituições apresentando todo seu poder, produzindo indivíduos e utilizando-os como seus instrumentos.

Para uma definição conceitual de poder é necessário remeter a reflexões indissociáveis à análise política e suas relações. O poder se expressa nas diversas relações sociais, assim, pode-se falar em relações de poder.

A luz dessa afirmação, não atendo-se à profundidade do conceito, onde existem relações de poder existe política. A política se expressa nas diversas formas de poder e pode ser entendida de duas maneiras: num “sentido restrito” e num “sentido amplo”.

No sentido restrito refere-se à política relacionada ao Estado e num sentido mais abrangente consideram-se outras dimensões da vida social não menos importantes.

Em sua famosa conferência, “A Política como Vocaçãõ”, Max Weber afirma que a política não se restringe ao campo institucional estatal e, explicita claramente, que a política permeia outras atividades da vida cotidiana. “Hoje, nossas reflexões não se baseiam, decerto, num conceito tão amplo. Queremos compreender como política apenas a liderança, ou a influência sobre a liderança, de uma associação política, e, daí hoje, de um Estado” (WEBER, 1974, p. 97).

Apesar das considerações acerca da abrangência das relações políticas, nessa abordagem, Weber atém-se à análise do Estado e seus desdobramentos e, aponta caminhos analíticos sobre outras esferas da vida social.

Localizar o poder em um lugar específico, pontualmente o Estado, é um grande erro, pois, como foi apresentado, existem relações de poder, e estas estão presentes não apenas no aparelho estatal. Conceituar as relações de poder somente interligadas ao campo institucional do Estado parece ser um pouco simplista, ver o Estado como ponto de referência do poder não corresponde a toda sua amplitude. Conceber as relações de poder restritamente mascara seu caráter extremamente amplo.

O Estado é um órgão que possui poder, mas não se restringe a ele, não é a única referência de poder. Deve-se tratar o poder inserido nas relações e não entendê-lo vulgarmente através de concepções que o coisificam.

Se somos todos, como já enfatizei, fatores de poder e, além do mais, se o poder não se resume tão-somente ao poder estatal, todos aqueles que se integram à luta pela democratização da sociedade e das relações autoritárias de poder que se expressam tanto a nível de Estado como no cotidiano da vida social e afetiva. Volto a repetir que as relações de poder são multififormes, apresentam mil e uma faces e não escolhem lugares para se manifestarem (PARANHOS, 2000, p.58).

Segundo a ótica foucaultiana as relações de poder se manifestam de múltiplas formas, não possuem localização nem sujeitos específicos.

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (FOUCAULT, 2003, p. 179).

Ter o poder, buscar o poder são expressões que o transforma em coisa, que se tira ou se dá, que se conquista ou se perde. O poder é composto por relações dispersas em toda sociedade, todos são sujeitos e objetos de poder.

(...) o poder não deve ser encarado exclusivamente como algo que atua sobre nós, como se nos limitássemos a ser objeto de sua ação. Ele também é exercido por nós, o que nos coloca simultaneamente na condição de sujeitos e objeto do exercício do poder (PARANHOS, 2000, p.56).

Entender o poder como algo palpável, como uma coisa que se adquire ou se compra, consiste em um grande engodo.

Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força (FOUCAULT, 2003, p. 175).

O autor apresenta as relações de poder como constitutiva da vida social concebendo os indivíduos como transmissores que o poder perpassa sendo, assim, “efeitos de poder”.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder, são sempre centros de sua transmissão (FOUCAULT, 2003, p. 183).

Foucault afirma que o poder penetra na vida cotidiana não se fixando nas relações estatais, essa característica denominada “micro-poder”. Analisa também que esses “micro-poderes” possuem uma história específica e se relacionam com o poder presente no aparelho do Estado. Essas duas modalidades de poder se articulam - os micro-poderes não são subordinados ao poder estatal -, se inter cruzam - mas não são interdependentes - nos diversos níveis das relações sociais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Inspetor de Alunos

Muitas vezes o poder é associado à dominação, aqueles que possuem poder dominam outros indivíduos que, por sua vez, são destituídos de qualquer forma poder. Identificar poder e dominação é muito comum, porém nem toda relação de poder envolve dominação. Não é correto considerar que "(...) toda relação política envolve necessariamente uma relação de dominação" (PARANHOS, 2000, p.59).

Avançando mais ainda nessa questão, pensar o poder no sentido de dominação o conota como algo perverso e negativo. Nesse sentido Foucault discorre acerca dessa problemática, diz que deve-se

(...) deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele 'exclui', 'reprime', 'recalca', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. Na verdade o poder produz; ele produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 1977, p. 172).

O poder não é apenas dominação, mas também produção, é a partir dessas relações que a realidade se configura. As relações de poder estão presentes em toda vida social, na igreja, na família, no namoro, na escola, no Estado, na indústria, nos hospitais, etc.

Foucault pesquisou e descreveu o papel do poder, especificadamente a disciplina, na formação histórica de instituições como o presídio, o hospital, a escola e a fábrica.

Nessa perspectiva, "(...) o poder e o saber produzidos pelas normas disciplinares são fundamentais para a organização burocrática. Em uma sociedade de instituições burocratizadas como a nossa, o poder disciplinar se desenvolve em todo tecido social" (KRUPPA, 1994, p. 102).

Sobre esse poder disciplinador direcionado especificadamente para a escola, pode-se constatar a predominância de mecanismos de vigilância (disciplinadores) sobre a questão qualitativa da construção do saber educacional. O ensino é sobreposto pela vigilância.

Fonte: http://www.urutagua.uem.br/005/05edu_borges.htm

HIERARQUIA NA ESCOLA;

A concepção democrático-participativa auxilia a compreensão de objetivos sociopolíticos e pedagógicos da escola, pela equipe escolar. Fundamenta-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe, garantindo-se a gestão participativa, porém, também, a gestão da participação. Procura objetividade nas questões da organização e gestão, por meio do recolhimento de informações reais, sem prejuízo da importância dos significados subjetivos e culturais.

Contudo, uma vez tomadas às decisões coletivamente, defende que cada membro da equipe admita sua parte no trabalho, acolhendo-se uma efetiva coordenação do trabalho e o acompanhamento e avaliação sistêmica da operacionalização das decisões adotadas.

Essa posição, em razão de seu compromisso com a formação científica e desenvolvimento mental dos alunos, por meio do processo de ensino e aprendizagem, solicita da equipe administrativa uma adequada qualificação e competência profissional.

Compete elucidar, afinal, que essas percepções concebem modos de gestão em suas descrições gerais. Elas permitem fazer análises da estrutura e da dinâmica organizativas de uma escola, porém dificilmente se apresentam de forma pura em situações concretas. Peculiaridades de uma concepção podem ser encontradas em outra, ainda que sempre seja possível identificar, nas escolas, uma atitude mais dominante.

Pode ocorrer, também, que a direção ou a equipe escolar escolham por determinada concepção e, na prática, acabem reproduzindo formas de organização e gestão mais convencionais, geralmente do tipo burocrático.

A acuidade da gestão educacional de sistemas de ensino e escolas tem sido destacada há anos na pesquisa educacional, tendo sido, inclusive, antecipada nas propostas pedagógicas de esquerda. É evidente que a autonomia fortalece as escolas, aguça o espírito de equipe, envolvendo os professores e demais educadores na responsabilidade em assumir um papel na configuração da organização do trabalho escolar não apenas na sala de aula, porém na escola como um todo.

Trata-se de um processo que se identifica bem com a reivindicação de participação conjunta de pais, professores, alunos, nos processos de tomada de decisão e corresponsabilização pelas ações de ensino e aprendizagem.

A concepção burocrática, em sua versão mais conservadora, baseia-se na hierarquia de cargos, prescrição detalhada de funções e tarefas, mediante normas e procedimentos administrativos, tendo em vista a clareza do trabalho e a eficiência dos serviços escolares.

A versão mais recente é conhecida como modelo de gestão da qualidade total, com utilização mais forte de métodos e práticas de gestão da administração empresarial.

Percebe-se que escola democrática não pode ter seu sentido centrado, em primeira instância, nem na ideia de que tendo autonomia se preserva a liberdade das pessoas para tomarem decisões (visão liberal), nem na ideia de que democratizar a escola é democratizar as relações entre as pessoas (trabalho coletivo, relações solidárias, eliminação das hierarquias, eleições para os cargos, direção colegiada etc.).

Escola democrática é um lugar de interações sociais que permitem a todos os alunos oportunidades semelhantes de escolarização formal, aprendizagem real e desenvolvimento cognitivo. Essa é a melhor contribuição social do sistema de ensino para a redução de desigualdades sociais, para o que a democratização das relações é um meio.

Essa compreensão conjectura que a escola tente modos de convivência emancipadores, participativos, solidários, isto é, outro modo de convivência humana, contudo isto não a exime de seus objetivos socioculturais e institucionais, de fornecer configurações de estruturação e de organização que assegurem êxito à consecução desses objetivos (o ensino e a aprendizagem).

Fonte: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/equipe-e-hierarquia-escolar/40016>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Inspetor de Alunos

CONTROLE E MOVIMENTAÇÃO DO ALUNO;

Trânsito congestionado, filas duplas, excesso de veículos, pedestres atravessando fora das faixas e, o pior, muitas crianças no meio disso tudo. Parece familiar? Sim, não é? Afinal todos nós já passamos por isso ao levar um filho, sobrinho ou vizinho à escola. E não importa se a rua é estreita ou é uma grande avenida. Os problemas continuam.

Mas, de repente, me ocorreu uma coisa: será que a escola teria como puxar para si essa responsabilidade e controlar, de forma organizada, o fluxo de pais e a entrada e saída de alunos? Talvez sim. Se você é um gestor escolar, dê uma olhada nessas dicas para gerenciar o portão da sua instituição:

Otimize a logística

O controle da entrada e saída de alunos deve começar já na porta da escola. Um funcionário que fique com essa responsabilidade é muito útil para evitar correrias e impedir que se formem grupinhos de alunos na porta, tanto na hora da entrada como na da saída.

Para que o tráfego fique melhor, a utilização de sinais diferenciados com o objetivo de prender a atenção dos motoristas e pedestres ajuda. Eles podem indicar as vagas disponíveis e os locais corretos para embarque e desembarque.

Se a escola fica localizada em uma rua com tráfego intenso ou em um local onde não haja opções para estacionar, verifique a possibilidade de alternar o horário de entrada e saída das turmas.

Organize os carros

A disputa de um lugarzinho para estacionar é acirrada, tanto para pais como para os profissionais que fazem serviços de transporte. E não é difícil topar com os sem educação no trânsito e que insistem nas filas duplas, o que só piora o trânsito.

A demora de alguns responsáveis no interior da escola também colabora com a desorganização. Ela não é saudável para a logística, uma vez que reduz a rotatividade dos veículos, prejudicando o escoamento da via. Aí você deve estar se perguntando: como a escola pode resolver isso? Simples. Agende qualquer atendimento para horários que fujam à entrada e saída.

Para resolver a questão das vans e micro-ônibus que não têm onde parar uma boa estratégia seria direcionar um dos portões da escola – caso ela tenha mais de um – somente para essa logística.

Esteja atento à segurança

No caso dos pais não irem buscar as crianças, no início do ano eles devem autorizar por escrito a saída do aluno com determinadas pessoas: a babá, a avó, a tia. Somente dessa forma a escola terá controle sobre quem pode ter acesso àquela criança e poderá informar aos responsáveis, caso algum desconhecido tente retirar o menor da instituição. Se o aluno já tiver idade para sair sozinho, a autorização dos pais também deve ser feita por escrito.

No quesito segurança, é preciso que haja uma força-tarefa: os funcionários devem estar alinhados e atentos a qualquer movimentação suspeita, incluindo o aparecimento de qualquer pessoa estranha. Por isso, para minimizar os riscos deve-se diminuir também o fluxo de pessoas. E mais: quem não trabalha no local e precisa entrar na instituição deve se identificar.

Acompanhe entrada e saída de alunos

O gestor deve fazer o possível para acompanhar a entrada e saída dos alunos. Dessa forma poderá perceber se os combinados estão funcionando e o que pode ser melhorado.

Envolva pais e alunos

Procure conversar com pais e alunos sobre mudanças e peça a colaboração de todos. É possível que tragam sugestões e ideias para melhorar o fluxo na porta da escola e o bom funcionamento da instituição.

Use a tecnologia

Usar a tecnologia também pode ser uma grande sacada. Sistemas de gestão auxiliam na organização das tarefas pedagógicas e acadêmicas, trabalhando no controle de matrículas, pagamentos e ocorrências.

Em um canal para os pais a escola pode disponibilizar informações como notas, avaliações, comprovantes de frequência e manter atualizados os horários de saída do aluno. Alguns softwares proporcionam até o envio de mensagens via e-mail ou SMS para avisar aos pais sobre atrasos e faltas.

A entrada e saída de alunos é algo sério e demanda uma boa dose de atenção e cuidados. E na sua escola, como isso funciona? Conte-nos a sua experiência nesse assunto.

Fonte: <https://www.escolaweb.com.br/blog/entrada-e-saida-de-alunos-como-controlar/>

ORIENTAÇÃO AOS ALUNOS QUANTO AS NORMAS DA ESCOLA;

Todas as instituições escolares necessitam de uma série de normas para que haja ordem no processo de ensino. Estas normas estão expressas no regulamento escolar.

A ideia fundamental de qualquer regulamento escolar é estabelecer o que é permitido e, sobretudo, o que está proibido em relação ao comportamento de professores e alunos.

Base para o bom funcionamento de uma comunidade

O regulamento escolar é um documento que especifica com detalhes o regime interno que deve ser seguido pelo conjunto de uma comunidade educativa. Há uma série de aspectos que devem ser respeitados nesse tipo de documento: o cumprimento dos horários pré-estabelecidos, quais as condutas não são admissíveis e suas sanções correspondentes, normas de higiene, assim como regras de comportamento geral entre a relação professor x aluno.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Inspetor de Alunos

Finalidade do regulamento escolar

O regulamento escolar não é simplesmente um conjunto de proibições, mas devem ter um propósito educativo e formativo. Por este motivo, os regulamentos devem ser conhecidos pelos alunos para obedecer a seus professores. O aluno deve entender que o regulamento é algo positivo e que não se trata de um regime sancionador.

O respeito ao regulamento escolar determina que os limites éticos de comportamento individual devam ser assumidos. Se os limites são vulnerados ou não são respeitados há uma série de consequências que devem ser acatadas. O descumprimento do regulamento estabeleceria uma atividade acadêmica com muitas dificuldades e uma educação sem valores. De qualquer forma, este tipo de regulamento deve adequar-se à idade dos alunos, pois a ideia de respeitar uma norma é muito diferente de uma criança com 6 anos do que um adolescente de 15 anos.

Mudanças de época, a evolução nos conceitos da educação, o respeito e os direitos

Ao longo da história os regulamentos escolares passaram por mudanças. No passado era comum o castigo físico e uma disciplina rígida, já na atualidade as normas pretendem evitar situações indesejáveis como o bullying escolar ou a falta de respeito aos professores.

Do ponto de vista social, há um debate sobre qual deve ser o tipo de regulamento escolar. Pode-se dizer que há duas posições: uns defendem que o regulamento deve ser rígido tanto em seu conteúdo como em sua aplicação, por outro lado, outros consideram que os regulamentos devem ser mais flexíveis e sua aplicação prática tem que adaptar-se às circunstâncias de cada contexto acadêmico.

Consequentemente, há dois tipos de metodologia educativa vinculadas aos regulamentos escolares. A mais estrita enfatiza os elementos sancionadores e a mais tolerante considera que a ideia de proibição deve ser substituída pela prevenção e pelo diálogo.

Fonte://queconceito.com.br/regulamento-escolar

CONTROLE E MOVIMENTO DOS ALUNOS NAS IMEDIAÇÕES DA ESCOLA; COLABORAR NA INSTRUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AVISOS;

Prezado Candidato, o tema acima supracitado já foi abordado em tópicos anteriores.

OBSERVAR E ORIENTAR OS SETORES , SOBRE O COMPORTAMENTO DOS ALUNOS; APOIO AOS PROFESSORES; COLABORAÇÃO NAS ATIVIDADES EXTRA - CLASSE;

Para um coordenador pedagógico, observar a sala de aula pode ser um dos momentos mais críticos da função, pois já se enraizou a ideia de que se observa para supervisionar. Mas é preciso ressaltar que, no contexto pedagógico escolar, a observação é uma excelente estratégia na formação dos professores na escola, já que ela pode contribuir para levar o professor a uma reflexão de sua prática e a buscar novas possibilidades de intervenções para a melhoria do ensino. Mas como fazer esta observação da melhor maneira?

Neste terceiro artigo da série sobre o papel do coordenador pedagógico nas escolas (veja aqui o primeiro e o segundo), feito com base no estudo da pesquisadora Silvana Tamassia, que relata a experiência na formação de gestores no curso de Gestão para a Aprendizagem, realizado pela Fundação Lemann em parceria com a Elos Educacional, vamos abordar a segunda frente de atuação desse profissional: o acompanhamento da ação pedagógica do professor em sala de aula por meio de observações planejadas.

Antes da observação

- Defina o foco da observação, que deve ser centrado num ponto em que a escola deseja investir. É importante que este ponto seja um objetivo passível de mudança e que a observação não fique centrada na figura do professor.
- Compartilhe o planejamento da observação com os professores para que saibam o que esperar da aula que será observada, escolhendo o melhor momento para esta observação.
- Marque a data da observação em conjunto com o professor.

Durante a observação

- Tenha um roteiro para registrar as observações realizadas. Esse roteiro pode seguir um padrão da unidade escolar ou pode ser ajustado para cada foco que se deseja observar. "Este roteiro vai contribuir muito para que professores e coordenação se planejem para este momento, tornando-o mais produtivo, instaurando, assim, um clima positivo, já que o que será observado não será uma surpresa, mas algo previamente acordado."
- Mantenha uma postura discreta, procurando não interferir na aula que está acontecendo. Os registros devem se ater ao foco combinado e às evidências que indiquem o que de fato aconteceu, evitando as inferências.

Depois da observação

- Prepare e realize o feedback da aula observada, mas tenha cuidado para que este momento não seja apenas informativo mas também formativo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Inspetor de Alunos

- Marque reunião de *feedback* com o professor, pois é o momento em que ele será convidado a refletir sobre a sua prática. "É neste momento que o formador/coordenador vai aproximar os conteúdos das formações com as ações pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, cumprindo, ao lado dos professores, seu papel de parceiro mais experiente, que poderá contribuir para a reflexão da prática e as mudanças necessárias".

Algumas dicas para este momento:

1- Não inicie a conversa apresentando tudo o que registrou. Faça uso de algumas habilidades comunicativas que levarão o professor a refletir sobre a aula observada.

2- Faça uso de paráfrases, que consiste em dizer, com suas próprias palavras, o que disse outra pessoa, com o objetivo de verificar se houve entendimento do que o outro falou. Veja alguns exemplos:

Pelo que entendi, você ... É isso mesmo?

Então você quer dizer que isto aconteceu porque... ?

Deixe eu ver se ficou claro. O objetivo da aula...?

3- Faça perguntas esclarecedoras, pois elas permitem ter uma imagem clara de uma situação específica apresentada ou de uma ideia, sem fazer juízo de valor ou generalizações. Veja esses exemplos:

Por que só um aluno da dupla estava com a folha da atividade? O que você pretendia com esta estratégia?

Qual foi o seu objetivo ao solicitar que os alunos numerassem os parágrafos do texto?

Por que o aluno X estava fazendo a atividade individualmente?

- **Faça perguntas de sondagem,** que tem como principal objetivo levar a pessoa diretamente envolvida na ação a refletir sobre o ocorrido e pensar em possíveis encaminhamentos. Ela estimula a reflexão e tira a obrigação de quem observou de responder a tudo e passa esta tarefa para quem foi observado. "Neste primeiro momento, esta conversa irá ajudar o coordenador a esclarecer aquilo que ele observou e poderão então fazer uma discussão pautada no que foi observado e nos esclarecimentos do professor." Por exemplo:

O que você sugere para melhorar esta situação?

Que outra estratégia poderia ser utilizada para que isso não acontecesse?

Para finalizar, faça os encaminhamentos juntamente com o professor e sugira algumas ações. Registre esses encaminhamentos e dê uma cópia ao professor para que ele possa planejar suas ações pautadas no que discutiram buscando qualificar a sua prática.

Fonte: <http://blog.qedu.org.br/blog/2015/04/30/o-coordenador-pedagogico-deve-observar-a-sala-de-aula/>

PRIMEIROS SOCORROS AOS ALUNOS;

Toda pessoa que for realizar o atendimento pré hospitalar (APH), mais conhecido como primeiros socorros, deve antes de tudo, atentar para a sua própria segurança. O impulso de ajudar a outras pessoas, não justifica a tomada de atitudes inconsequentes, que acabem transformando-o em mais uma vítima. A seriedade e o respeito são premissas básicas para um bom atendimento de APH (primeiros socorros). Para tanto, evite que a vítima seja exposta desnecessariamente e mantenha o devido sigilo sobre as informações pessoais que ela lhe revele durante o atendimento.

Quando se está lidando com vidas, o tempo é um fator que não deve ser desprezado em hipótese alguma. A demora na prestação do atendimento pode definir a vida ou a morte da vítima, assim como procedimentos inadequados. Importante lembrar que um ser humano pode passar até três semanas sem comida, uma semana sem água, porém, pouco provável, que sobreviva mais que cinco minutos sem oxigênio.

Alguns conceitos aplicados aos primeiros socorros

Primeiros Socorros: São os cuidados imediatos prestados a uma pessoa, fora do ambiente hospitalar, cujo estado físico, psíquico e ou emocional coloquem em perigo sua vida ou sua saúde, com o objetivo de manter suas funções vitais e evitar o agravamento de suas condições (estabilização), até que receba assistência médica especializada.

Prestador de socorro: Pessoa leiga, mas com o mínimo de conhecimento capaz de prestar atendimento à uma vítima até a chegada do socorro especializado.

Socorrista: Titulação utilizada dentro de algumas instituições, sendo de caráter funcional ou operacional, tais como: Corpo de Bombeiros, Cruz Vermelha Brasileira, Brigadas de Incêndio, etc.

Manutenção da Vida: Ações desenvolvidas com o objetivo de garantir a vida da vítima, sobrepondo à "qualidade de vida".

Qualidade de Vida: Ações desenvolvidas para reduzir as sequelas que possam surgir durante e após o atendimento.

Urgência: Estado que necessita de encaminhamento rápido ao hospital. O tempo gasto entre o momento em que a vítima é encontrada e o seu encaminhamento deve ser o mais curto possível. Exemplos: hemorragias de classe II, III e IV, etc.

Emergência: Estado grave, que necessita atendimento médico, embora não seja necessariamente urgente. Exemplos: contusões leves, entorses, hemorragia classe I, etc.

Acidente: Fato do qual resultam pessoas feridas e/ou mortas que necessitam de atendimento.

Incidente: Fato ou evento desastroso do qual não resultam pessoas mortas ou feridas, mas que pode oferecer risco futuro.

Sinal: É a informação obtida a partir da observação da vítima.

Sintoma: É informação a partir de uma relato da vítima.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Inspetor de Alunos

Aspectos legais do socorro

- Artigo 5º e 196 Constituição;
- Artigo 135 do Código Penal Brasileiro;
- Resolução nº 218/97 do Conselho Nacional de Saúde;

Constituição:

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do **direito à vida**, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Da Saúde

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, **proteção e recuperação**.

Código Penal:

Omissão de Socorros

Art. 135 - Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública:

Pena - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Direitos da pessoa que estiver sendo atendida

O prestador de socorro deve ter em mente que a vítima possui o direito de recusar o atendimento. No caso de adultos, esse direito existe quando eles estiverem conscientes e com clareza de pensamento. Isto pode ocorrer por diversos motivos, tais como: crenças religiosas ou falta de confiança no prestador de socorro que for realizar o atendimento. Nestes casos, a vítima não pode ser forçada a receber os primeiros socorros, devendo assim certificar-se de que o socorro especializado foi solicitado e continuar monitorando a vítima, enquanto tenta ganhar a sua confiança através do diálogo.

Caso a vítima esteja impedida de falar em decorrência do acidente, como um trauma na boca por exemplo, mas demonstre através de sinais que não aceita o atendimento, fazendo uma negativa com a cabeça ou empurrando a mão do prestador de socorro, deve-se proceder da seguinte maneira:

- Não discuta com a vítima;
- Não questione suas razões, principalmente se elas forem baseadas em crenças religiosas;

- Não toque na vítima, isso poderá ser considerado como violação dos seus direitos;

- Converse com a vítima. Informe a ela que você possui treinamento em primeiros socorros, que irá respeitar o direito dela de recusar o atendimento, mas que está pronto para auxiliá-la no que for necessário;

- Arrole testemunhas de que o atendimento foi recusado por parte da vítima.

No caso de crianças, a recusa do atendimento pode ser feita pelo pai, pela mãe ou pelo responsável legal. Se a criança é retirada do local do acidente antes da chegada do socorro especializado, o prestador de socorro deverá, se possível, arrolar testemunhas que comprovem o fato.

O consentimento para o atendimento de primeiros socorros pode ser:

- **formal**, quando a vítima verbaliza ou sinaliza que concorda com o atendimento, após o prestador de socorro ter se identificado como tal e ter informado à vítima que possui treinamento em primeiros socorros;

- **implícito**, quando a vítima está inconsciente, confusa ou gravemente ferida a ponto de não poder verbalizar ou sinalizar consentimento com o atendimento. Nesse caso, a legislação cita que a vítima daria o consentimento, caso tivesse condições de expressar o seu desejo de receber o atendimento de primeiros socorros.

O consentimento implícito pode ser adotado também no caso de acidentes envolvendo menores desacompanhados dos pais ou responsáveis legais. Do mesmo modo, a legislação cita que o consentimento seria dado pelos pais ou responsáveis, caso estivessem presentes no local.

As fases do socorro:

1º Avaliação da cena: a primeira atitude a ser tomada no local do acidente é avaliar os riscos que possam colocar em perigo a pessoa prestadora dos primeiros socorros. Se houver algum perigo em potencial, deve-se aguardar a chegada do socorro especializado. Nesta fase, verifica-se também a provável causa do acidente, o número de vítimas e a provável gravidade delas e todas as outras informações que possam ser úteis para a notificação do acidente, bem como a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI - luvas, máscaras, óculos, capote, etc) e solicitação de auxílio a serviços especializados como: Corpo de Bombeiros (193), SAMU (192), Polícia Militar (190), polícia Civil (147), Defesa Civil (363 1350), CEB (0800610196), Cruz Vermelha, etc.

Nesta fase o prestador de socorro deve atentar-se para:

Avaliar a situação:

- Inteirar-se do ocorrido com tranquilidade e rapidez;
- Verificar os riscos para si próprio, para a vítima e terceiros;
- Criar um rápido plano de ação para administrar os recursos materiais e humanos visando garantir a eficiência do atendimento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Inspetor de Alunos

Manter a segurança da área:
- Proteger a vítima do perigo mantendo a segurança da cena;
- Não tentar fazer sozinho mais do que o possível.

Chamar por socorro especializado: Assegurar-se que a ajuda especializada foi providenciada e está a caminho.

2º Avaliação Inicial: fase de identificação e correção imediata dos problemas que ameaçam a vida a curto prazo, sendo eles:

- **Vias aéreas** - Estão desobstruídas? Existe lesão da cervical?

- **Respiração** - Está adequada?

- **Circulação** - Existe pulso palpável? Há hemorragias graves?

- **Nível de Consciência** - AVDI.

Pelo histórico do acidente deve-se observar indícios que possam ajudar ao prestador de socorro classificar a vítima como clínica ou traumática.

Vítima Clínica: apresenta sinais e sintomas de disfunções com natureza fisiológica, como doenças, etc.

Vítima de Trauma: apresenta sinais e sintomas de natureza traumática, como possíveis fraturas. Devemos nesses casos atentar para a imobilização e estabilização da região suspeita de lesão.

3º Avaliação Dirigida: Esta fase visa obter os componentes necessários para que se possa tomar a decisão correta sobre os cuidados que devem ser aplicados na vítima.

- Entrevista rápida - SAMPLE;

- Exame rápido;

- Aferição dos Sinais vitais - TPRPA.

SAMPLE:

S - sinais e sintomas;

A - alergias;

M - medicações;

P - passado médico;

L - líquidos e alimentos;

E - eventos relacionados com o trauma ou doença.

O que o prestador de socorro deve observar ao avaliar o pulso e a respiração.

Pulso:

Frequência: É aferida em batimentos por minuto, podendo ser normal, lenta ou rápida.

Ritmo: É verificado através do intervalo entre um batimento e outro. Pode ser regular ou irregular.

Intensidade: É avaliada através da força da pulsação. Pode ser cheio (quando o pulso é forte) ou fino (quando o pulso é fraco).

Respiração:

Frequência: É aferida em respirações por minuto, podendo ser: normal, lenta ou rápida.

Ritmo: É verificado através do intervalo entre uma respiração e outra, podendo ser regular ou irregular.

Profundidade: Deve-se verificar se a respiração é profunda ou superficial.

Sinais Vitais (TPR-PA) Temperatura	Pulso	Respiração
Fria Normal Quente	Adulto 60 a 100 bpm Criança 80 a 120 bpm Bebê 100 a 160 bpm	Adulto 12 a 20 ipm Criança 20 a 30 ipm Bebê 30 a 60 ipm

Pressão Arterial

VN <130mmHg sistólica e <80mmHg diastólica

- estenda o braço da vítima com a mão em supinação;

- enrole o manguito vazio no ponto médio do braço;

- feche a válvula perto da pêra;

- apalpe a artéria braquial;

- bombeie o manguito até cessar o pulso;

- coloque o estetoscópio encima do local do pulso braquial;

- libere o ar vagorosamente até ouvir o 1º som de "korotkoff";

- observe no mostrador os mmHg no momento do 1º som (sístole);

- continue esvaziando até para o som de "korotkoff";

- observe no mostrador os mmHg no último som (diástole);

- continue esvaziando totalmente o manguito;

- anote os valores da PA e a hora, ex: 130x80 mmHg 10:55 h.

4º Avaliação Física Detalhada: nesta fase examina-se da cabeça aos pés da vítima, procurando identificar lesões.

Durante a inspeção dos membros inferiores e superiores deve-se avaliar o **Pulso**, **Perfusão**, **Sensibilidade** e a **Motricidade** (PPSM)

5º Estabilização e Transporte: nesta fase finaliza-se o exame da vítima, avalia-se a região dorsal, previne-se o estado de choque e prepara-se para o transporte.

6º Avaliação Continuada: nesta fase, verificam-se periodicamente os sinais vitais e mantém-se uma constante observação do aspecto geral da vítima.

Reavaliar vítimas - Críticas e Instáveis a cada 3 minutos;

Reavaliar vítimas - Potencialmente Instáveis e Estáveis a cada 10 minutos.

Críticas: PCR e parada respiratória.

Instáveis: hemorragias III e IV, estado de choque, queimaduras, etc.

Potencialmente Instáveis: hemorragias II, fraturas, luxações, queimaduras, etc.

Estáveis: hemorragias I, entorses, contusões, câibras, distensões, etc.